

Fazenda convoca Defesa e discute corte de gastos

Contas públicas Lula e Haddad se reúnem para discutir forma de encaminhar medidas ao Congresso

Anúncio de corte de gastos está à espera do Ministério da Defesa

Andressa Jubá, Fernando Exman, Jessica Sant'Ana, Fábio Murakawa e Renan Truffi De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vão se reunir nesta terça-feira (12) à tarde para discutir a forma de encaminhamento ao Congresso Nacional das medidas de corte de gastos para dar sustentabilidade ao novo arcabouço fiscal, ao mesmo tempo em que esperam uma resposta do Ministério da Defesa sobre a inclusão da pasta no esforço de ajuste fiscal.

Haddad anunciou ontem (11) que o pacote está avançado, mas que o presidente Lula decidiu ouvir mais uma pasta antes de concluir as negociações. Ele não mencionou qual será o ministério ouvido, mas o Valor apurou, com fontes do governo, que o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, foi chamado para uma reunião com a equipe econômica sobre o tema. A previsão é que a reunião aconteça na quarta (13).

Ainda em junho, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, havia declarado que

a revisão da previdência dos militares deveria integrar o pacote de corte de gastos. Na visão de fontes militares, a iniciativa deve ter um impacto simbólico, mais para assegurar ao governo um discurso de que todas as áreas estavam contribuindo para o esforço de ajuste fiscal, do que de fato dimensão para fazer diferença no valor final do pacote. Elas argumentam que o sistema de proteção social das Forças Armadas não deveria ser visto como um regime previdenciário, uma vez que os integrantes da reserva podem ser convocados a qualquer momento e também contribuem para a pensão militar até a morte. Dessa forma, acrescentam, mudanças recentes nas regras já teriam colocado o sistema em direção ao equilíbrio no longo prazo.

A manifestação de Tebet, em junho, havia se baseado em relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), enviado ao Congresso, demonstrando a dimensão do rombo orçamentário causado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), pela previdência dos servidores públicos federais (RPPS) e pelo Sis-



Ministro Fernando Haddad: debate como ministérios setoriais sobre corte de gastos foi encerrado domingo, em reunião no Palácio do Alvorada

tema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas. A previdência dos militares foi alvo de uma reforma em 2019, que reestruturou a carreira, aumentou o tempo de serviço e a alíquota da contribuição.

Segundo Haddad, a pasta pendente deverá dar um retorno até quarta-feira (13) para saber se entrará ou não nas medidas de corte de gastos. Já a reunião com Lula anunciada para esta terça não estava prevista na agenda oficial até a conclusão desta edição.

Haddad afirmou que o debate

como ministérios setoriais foi encerrado domingo, em reunião no Palácio do Alvorada. Quem representou a Fazenda na reunião, segundo apurou o Valor, foi o secretário-executivo Dario Durigan.

"Os ministérios que estavam na mesa durante semana passada toda, nós já concluímos os debates com eles e os atos já estão sendo feitos e encaminhados para a Casa Civil", contou o ministro da Fazenda ao deixar a sede da pasta.

Entre os ministérios que já participaram das negociações, estão Saúde, Educação, Trabalho, Previdência e Desenvolvimento Social.

Questionado por jornalistas se alguma dessas pastas pediu mudanças que deciditasse o pacote de corte de gastos, Haddad negou. "Não. Tiveram ajustes e aperfeiçoamentos foram incorporados, mas eu não chamaria de desidratação, pelo contrário. Penso que tomam as medidas

mais compreensíveis, mais palatáveis. Nós entendemos que o processo foi muito benéfico."

Alvo de ataque das centrais sindicais e do próprio Partido dos Trabalhadores (PT), Haddad saiu em defesa das medidas que serão anunciadas, dizendo que elas não vão prejudicar os trabalhadores. "Não estamos muito seguros de que o que estamos fazendo é para o bem dos trabalhadores. Controlar a inflação é parte do nosso trabalho. Manter a atividade econômica é parte do nosso trabalho. É um equilíbrio entre variáveis importantes para todos os brasileiros", comentou.

O Valor também apurou que o governo avalia abandonar a ideia de alterar a política de valorização do salário mínimo, um dos pontos que estavam sendo considerados pela equipe econômica até semana passada. O motivo é que, na visão de inter-

locutores do Palácio do Planalto, mexer nessa regra poderia representar um ônus político grande demais para a gestão petista. A ideia era limitar o reajuste do piso ao teto do arcabouço (alta anual de até 2,5% real).

Segundo relatos ouvidos no Palácio do Planalto e na Esplanada, existe a percepção dentro do governo de que não existe medida que tenha um nível significativo de impacto nas contas públicas que não mexa no salário mínimo. Entretanto, mexer no piso é algo que incomoda muito Lula. Isso porque, na visão do presidente, a única política de distribuição de renda que existiu no Brasil nas últimas décadas foi registrar o salário mínimo acima da inflação. Isso aumentou o poder de compra de pessoas de baixa renda, que são parte importante e fidelizada da base eleitoral de Lula e do PT.

José Múcio foi chamado para reunião com a equipe econômica sobre corte de gastos

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Página:** 6